

DESAFIOS E POTENCIALIDADES DE CUIDADO MATERNO-INFANTIL: PROMOÇÃO DA INTEGRALIDADE E REDUÇÃO DE AGRAVOS

CHALLENGES AND POTENTIALITIES IN MATERNAL AND CHILD CARE: PROMOTING COMPREHENSIVENESS AND REDUCING HARM

Jaqueline da Silva Izidoro¹

Alejandra Nayany do Nascimento Ferreira²

Annelissa Andrade Virginio de Oliveira³

Leonardo Rodrigues dos Santos⁴

Flavio Eduardo Silva Araújo⁵

Thaynara Ferreira Filgueiras⁶

Fabrcia Gomes Lopes⁷

Maria Carolina Salustino dos Santos⁸

Resumo: O cuidado materno-infantil representa uma dimensão estratégica da atenção básica à saúde, com forte impacto sobre os indicadores sociais e epidemiológicos. Este estudo tem como

1 Servidora municipal. Graduação em Enfermagem. Especialista em Enfermagem do trabalho.

2 Graduação em Enfermagem. Especialista em Saúde coletiva com ênfase em saúde da família, Nefrologia, Urgência e Emergência, Gestão Hospitalar de serviços de saúde. Servidora na Prefeitura Municipal de Baía Formosa.

3 Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade de Brasília (UnB). Enfermeira. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

4 Enfermeiro. Pós-graduado em enfermagem obstétrica e em UTI neonatal e pediatria.

5 Doutorando em Saúde Pública, Christian Business School (CBS), Orlando, Flórida, Estados Unidos. Tecnólogo em Gestão Hospitalar - Uninter.

6 Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal da Paraíba. Servidora pública do município de Natal e da Fundação PB Saúde, atuando no cargo de enfermeira obstetra.

7 Biomédica, mestranda em Ciências Farmacêuticas pela UEPB.

8 Pesquisadora em Saúde digital. Doutoranda em Enfermagem pela Escola de Enfermagem da UNIFESP.

objetivo refletir, por meio de uma revisão narrativa, sobre os desafios e potencialidades que permeiam as práticas assistenciais voltadas à saúde materna e infantil, com ênfase na promoção da integralidade e na redução de agravos. A análise dos artigos selecionados revelou dois grandes eixos: a necessidade de fortalecer a integralidade do cuidado na atenção básica e a importância das práticas multiprofissionais e intersetoriais na rede de apoio. As evidências apontam que a fragmentação do cuidado, a desarticulação entre os serviços e a ausência de escuta qualificada ainda são barreiras persistentes. Por outro lado, experiências que investem na formação das equipes, na escuta ativa e na valorização do território demonstram potencial transformador. Conclui-se que o cuidado materno-infantil exige ações integradas, sensíveis às especificidades socioculturais das populações atendidas, e comprometidas com a promoção da equidade e da dignidade humana desde o início da vida.

Palavras-chave: Saúde materno-infantil; Integralidade em saúde; Atenção básica; Práticas assistenciais; Intersetorialidade.

Abstract: Maternal and child care is a strategic component of primary health care, with a strong impact on social and epidemiological indicators. This narrative review aims to reflect on the challenges and potentialities of maternal and child health care practices, emphasizing comprehensiveness and the prevention of harm. The selected articles revealed two thematic axes: the need to strengthen integrated care in primary health and the importance of multiprofessional and intersectoral practices in support networks. Evidence shows that fragmentation, lack of articulation between services, and the absence of qualified listening remain persistent barriers. On the other hand, experiences that invest in team training, active listening, and territorial engagement demonstrate transformative potential. It is concluded that maternal and child care requires integrated actions, sensitive to the sociocultural specificities of the served populations, and committed to promoting equity and human dignity from the beginning of life.

Keywords: Maternal and child health; Health comprehensiveness; Primary care; Care practices; Intersectorality.

INTRODUÇÃO

A saúde materno-infantil constitui um dos pilares da Atenção Básica e da vigilância em saúde, sendo amplamente reconhecida como um indicador sensível da qualidade das políticas públicas e da capacidade dos sistemas de saúde em promover cuidado integral, equitativo e resolutivo (SCHILLER; SOARES; ABRAHÃO, 2023; LOPES; SILVA; FERREIRA, 2023). No contexto brasileiro, ao longo das últimas décadas, observa-se um esforço contínuo para a redução das taxas de mortalidade materna e infantil, especialmente por meio da implementação de políticas públicas estruturantes voltadas à ampliação do acesso e da qualificação do pré-natal, do parto, do puerpério e da atenção à criança, como a Rede Cegonha (SANTOS et al., 2025). Apesar desses avanços, persistem desigualdades regionais, fragilidades na organização do cuidado e barreiras de acesso aos serviços, que comprometem a efetivação da integralidade das ações em saúde (LOPES; SILVA; FERREIRA, 2023).

Nesse cenário, a atuação das equipes multiprofissionais destaca-se como elemento central para a consolidação de práticas assistenciais mais resolutivas e humanizadas. O cuidado compartilhado entre diferentes saberes profissionais favorece a identificação precoce de riscos, o fortalecimento do vínculo com as usuárias e a ampliação do olhar para além da dimensão estritamente biológica do processo saúde-doença (SILVA et al., 2024). Contudo, os serviços de saúde ainda enfrentam desafios relevantes, como a ausência de protocolos clínicos integrados, a sobrecarga de trabalho das equipes e lacunas na formação profissional voltada à Atenção Primária à Saúde, fatores que limitam a qualidade do cuidado ofertado (SCHILLER; SOARES; ABRAHÃO, 2023).

A realidade brasileira evidencia que, mesmo diante de políticas públicas estruturadas, os indicadores de mortalidade materno-infantil ainda refletem profundas desigualdades socioeconômicas

e limitações na cobertura e na qualidade da atenção, sobretudo em territórios marcados por maior vulnerabilidade social (LOPES; SILVA; FERREIRA, 2023; SILVA; ALMEIDA; GOMES, 2025). Nesse sentido, torna-se imprescindível analisar criticamente as potencialidades e os entraves vivenciados no cotidiano dos serviços de saúde, valorizando as práticas assistenciais como ferramentas estratégicas para a promoção da saúde e a prevenção de agravos evitáveis (SANTOS et al., 2025).

O cuidado materno-infantil, para além de sua dimensão técnico-assistencial, expressa também um compromisso ético com a garantia dos direitos humanos, especialmente no que se refere à promoção de uma vida digna desde a gestação até os primeiros anos da infância (PAREDES; NÚÑEZ; CARRASCO, 2025). A fragmentação dos serviços, a ausência de escuta qualificada e o descompasso entre os diferentes níveis de atenção ainda se configuram como entraves significativos para a consolidação do cuidado integral no âmbito do Sistema Único de Saúde (SILVA; ALMEIDA; GOMES, 2025).

Adicionalmente, práticas assistenciais centradas exclusivamente no cumprimento de metas e indicadores tendem a desconsiderar aspectos subjetivos, culturais e sociais que influenciam diretamente a experiência de mulheres, gestantes e puérperas no contato com os serviços de saúde (SCHILLER; SOARES; ABRAHÃO, 2023). A escuta sensível, a valorização do protagonismo feminino no processo gestacional e no parto, bem como a inclusão de parceiros e familiares no cuidado, configuram-se como estratégias fundamentais para o fortalecimento de vínculos, a qualificação da atenção e a prevenção de agravos evitáveis (SANTANA et al., 2025).

Dessa forma, a promoção da saúde materno-infantil demanda mais do que o uso de tecnologias biomédicas, exigindo sensibilidade dos profissionais, articulação intersetorial e compromisso efetivo com a equidade. Refletir sobre os desafios e as potencialidades das práticas assistenciais torna-se, portanto, essencial para o fortalecimento de políticas públicas que não apenas alcancem indicadores quantitativos, mas que respeitem e acolham as singularidades de cada mulher, criança e família atendida (SILVA; ALMEIDA; GOMES, 2025).

Este estudo tem como objetivo refletir sobre os desafios e potencialidades do cuidado

materno-infantil na atenção à saúde, à luz da integralidade e da intersetorialidade, a partir de uma abordagem baseada em evidências científicas, políticas públicas e práticas assistenciais.

MÉTODO

Este estudo trata-se de uma revisão narrativa de abordagem qualitativa, com o propósito de discutir criticamente os desafios e potencialidades do cuidado materno-infantil, especialmente no que se refere à integralidade das ações de saúde e à prevenção de agravos em contextos diversos. A revisão narrativa foi escolhida por sua flexibilidade teórico-metodológica, o que permite integrar e interpretar achados de diferentes naturezas e origens, compondo um panorama amplo e reflexivo sobre a temática.

A seleção do material empírico se baseou em quatro artigos científicos previamente escolhidos por sua relevância para os eixos temáticos do estudo: práticas assistenciais no pré-natal, atuação multiprofissional na atenção básica, políticas públicas voltadas à saúde materno-infantil e estratégias de promoção e prevenção. Os artigos foram analisados integralmente, levando-se em consideração seus contextos, objetivos, métodos, resultados e discussões.

A análise foi realizada de forma descritiva e interpretativa, priorizando os aspectos conceituais, as práticas relatadas e os elementos críticos que pudessem contribuir para a compreensão dos entraves e avanços no cuidado ofertado às gestantes, puérperas e crianças. A organização dos achados se deu a partir da identificação de núcleos de sentido que se agruparam em dois grandes eixos temáticos, definidos a posteriori com base nas recorrências e convergências observadas entre os textos.

O percurso analítico não seguiu um protocolo rígido, mas respeitou princípios de rigor metodológico, como a leitura sistemática, a triangulação entre os textos e a busca por coerência entre os dados discutidos e os objetivos da revisão. Optou-se por não utilizar instrumentos de avaliação quantitativa da qualidade dos artigos, uma vez que o foco do estudo está na construção argumentativa

e na problematização crítica dos achados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos artigos selecionados permitiu identificar recorrências conceituais e práticas que expressam os principais desafios e potencialidades do cuidado materno-infantil no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). A leitura crítica dos textos revelou aspectos centrais que se agruparam em duas unidades temáticas: (1) Atenção Básica e o desafio da integralidade no cuidado materno-infantil e (2) Potencialidades das práticas multiprofissionais na prevenção de agravos. Ambas unidades representam intersecções entre a política pública, a prática assistencial e os contextos territoriais, permitindo refletir sobre o cuidado desde a gestação até o acompanhamento da criança nos primeiros anos de vida, conforme figura 1.

Figura 1 – Unidade temáticas relacionados ao artigos construídos:



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Unidade Temática 1: Atenção Básica e o desafio da integralidade no cuidado materno-infantil

A Atenção Básica em Saúde (ABS) ocupa papel central na organização do cuidado materno-infantil, sobretudo por configurar-se como a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, evidências apontam que a efetivação da integralidade no cotidiano dos serviços ainda enfrenta importantes obstáculos nos territórios, especialmente relacionados à dificuldade de articulação entre os diferentes níveis de atenção e setores sociais, bem como à fragilidade da continuidade do cuidado, fatores que comprometem a resolutividade das ações em saúde (SCHILLER; SOARES; ABRAHÃO, 2023; LOPES; SILVA; FERREIRA, 2023).

Entre os principais entraves identificados, destaca-se a fragmentação existente entre o acompanhamento pré-natal, o momento do parto e o seguimento da puérpera e do recém-nascido, o que resulta em lacunas no cuidado longitudinal. Em muitos contextos, observa-se a ausência de fluxos bem definidos de referência e contrarreferência, além da substituição da escuta das necessidades das gestantes por práticas excessivamente centradas em protocolos rígidos, o que fragiliza a autonomia das mulheres e reduz a humanização do atendimento (SANTOS et al., 2025).

A integralidade do cuidado também é comprometida quando os serviços deixam de reconhecer os determinantes sociais que atravessam a saúde materno-infantil, como pobreza, baixa escolaridade, racismo estrutural e violências de gênero. A ausência de um olhar ampliado para essas dimensões resulta em intervenções limitadas, incapazes de promover transformações significativas nas condições de vida das populações em situação de maior vulnerabilidade social (LOPES; SILVA; FERREIRA, 2023; PAREDES; NÚÑEZ; CARRASCO, 2025).

No que se refere à articulação da ABS com serviços especializados, como maternidades, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os estudos indicam fragilidades importantes. Embora existam normativas que orientam o cuidado

intersetorial, na prática, essa integração ainda se apresenta incipiente, o que acarreta uma responsabilização excessiva das equipes da Estratégia Saúde da Família, muitas vezes sem o devido suporte técnico e institucional (SILVA; ALMEIDA; GOMES, 2025).

Outro aspecto relevante diz respeito à construção de vínculo entre usuárias e profissionais de saúde. A elevada rotatividade de trabalhadores, associada à sobrecarga de agendas e à ausência de planejamento coletivo, dificulta o estabelecimento de vínculos duradouros e de confiança, fundamentais para a continuidade do cuidado. Essa fragilidade impacta diretamente a adesão das gestantes ao pré-natal e o acesso qualificado aos demais serviços da rede de atenção (SCHILLER; SOARES; ABRAHÃO, 2023).

Apesar desses desafios, experiências relatadas na literatura demonstram que investimentos em educação permanente, fortalecimento do trabalho em equipe e valorização do território possibilitam a superação da lógica fragmentada do cuidado. O reconhecimento da singularidade de cada gestante e criança, aliado à escuta qualificada, apresenta-se como um caminho concreto para a garantia de direitos, a promoção da saúde e a efetivação da integralidade no cuidado materno-infantil (SANTOS et al., 2025).

Em síntese, esta unidade temática evidencia que a efetivação da integralidade no cuidado materno-infantil passa pela reorganização da atenção básica, fortalecimento das redes de apoio, valorização das práticas colaborativas e compromisso com a equidade. Mais do que implementar diretrizes, é necessário transformar as práticas e ampliar a escuta para acolher as múltiplas dimensões que compõem o cuidado.

Segunda Unidade Temática: Fortalecimento da Rede de Cuidado pela Atuação Multiprofissional e Intersetorial

O cuidado materno-infantil, para alcançar sua completude e efetividade, demanda mais do que intervenções clínicas e estruturais isoladas, exigindo articulações ampliadas que envolvam múltiplos

atores, setores e níveis de atenção. Evidências recentes indicam que práticas interdisciplinares e intersetoriais contribuem significativamente para a promoção da integralidade do cuidado e exercem impacto direto sobre os indicadores de saúde materno-infantil (SANTANA et al., 2025; PAREDES; NÚÑEZ; CARRASCO, 2025; SILVA; ALMEIDA; GOMES, 2025).

No âmbito da Atenção Básica, observa-se que a atuação de equipes multiprofissionais integradas favorece o acolhimento contínuo da mulher e da criança ao longo do ciclo gravídico-puerperal. A escuta qualificada, o compartilhamento de saberes e a articulação com serviços especializados configuram-se como estratégias fundamentais para o fortalecimento da linha de cuidado. As ações de acompanhamento do aleitamento materno, por exemplo, mostram-se mais efetivas quando desenvolvidas de forma articulada entre enfermeiros, médicos, agentes comunitários de saúde, cirurgiões-dentistas e assistentes sociais (SANTANA et al., 2025).

As evidências também apontam que a existência de redes locais de apoio, como grupos da Estratégia Saúde da Família integrados por meio de tecnologias de comunicação, fortalece a capacidade de resposta do sistema de saúde, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidade social. Experiências municipais relatadas na literatura demonstram que redes bem coordenadas facilitam o fluxo entre a atenção primária e os serviços especializados, assegurando respostas mais oportunas e centradas nas necessidades das usuárias (SANTANA et al., 2025).

Paralelamente, o trabalho intersetorial, ao articular setores como saúde, educação, assistência social e conselhos tutelares, amplia as possibilidades de proteção e promoção da saúde, sobretudo no que se refere à identificação precoce de agravos, à mobilização comunitária e ao enfrentamento das iniquidades sociais que atravessam a saúde materno-infantil. Nesse sentido, a abordagem intersetorial configura-se não apenas como uma diretriz desejável, mas como uma estratégia indispensável para a efetivação do cuidado integral (PAREDES; NÚÑEZ; CARRASCO, 2025).

Outro aspecto de destaque refere-se à valorização da escuta ativa das experiências de gestantes e puérperas no contexto dos serviços de saúde. Profissionais que reconhecem e incorporam as narrativas das mulheres ao planejamento das intervenções conseguem adaptar as práticas de

cuidado às realidades culturais e sociais vivenciadas, rompendo com modelos padronizados e pouco sensíveis. Esse olhar humanizado favorece o fortalecimento do vínculo e a maior adesão às práticas de cuidado, especialmente no que diz respeito ao aleitamento materno, frequentemente influenciado por crenças, mitos e pressões sociais (SILVA; ALMEIDA; GOMES, 2025).

Por fim, reforça-se que o sucesso do cuidado materno-infantil exige comprometimento político e institucional para o financiamento e fortalecimento das ações integradas. Quando a saúde atua isoladamente, o risco de descontinuidade no cuidado e de medicalização excessiva aumenta. Já em contextos onde há governança participativa e responsabilização compartilhada entre os setores, colhem-se resultados mais duradouros e humanos para mulheres, crianças e famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que o cuidado materno-infantil, embora reconhecido como eixo estruturante das políticas públicas de saúde, ainda se encontra atravessado por desafios históricos que comprometem a efetivação da integralidade, da equidade e da humanização da atenção. A análise dos achados permite afirmar que tais desafios não se restringem a aspectos organizacionais ou técnicos, mas refletem desigualdades de gênero, condições socioeconômicas desiguais e fragilidades na articulação entre os diferentes níveis de atenção e setores sociais.

A centralidade da mulher no cuidado materno-infantil revela, por um lado, seu protagonismo no processo gestacional e no cuidado com a criança, mas, por outro, expõe a sobrecarga social e simbólica historicamente atribuída às mulheres, especialmente àquelas em contextos de maior vulnerabilidade. A persistência de práticas assistenciais pouco sensíveis às experiências femininas, às diversidades culturais e às desigualdades de gênero reforça a necessidade de repensar os modelos de atenção vigentes, superando abordagens normativas e padronizadas que invisibilizam subjetividades e trajetórias singulares.

Nesse sentido, a interdisciplinaridade e a intersectorialidade emergem como estratégias

fundamentais para a qualificação do cuidado materno-infantil. A articulação entre diferentes saberes profissionais e setores institucionais amplia a capacidade de resposta dos serviços de saúde, favorece a identificação precoce de agravos e possibilita intervenções mais contextualizadas e socialmente comprometidas. O trabalho em equipe, quando pautado na escuta qualificada, no diálogo e no reconhecimento das desigualdades estruturais, contribui para a construção de percursos de cuidado mais integrados e coerentes com os princípios do Sistema Único de Saúde.

Os achados também apontam que experiências que investem na educação permanente, no fortalecimento dos vínculos entre profissionais e usuárias e na valorização do território demonstram potencial transformador, especialmente quando incorporam uma perspectiva de gênero e direitos humanos. A promoção da saúde materno-infantil, nesse contexto, deixa de ser compreendida apenas como cumprimento de indicadores e passa a ser entendida como prática ética, política e social, orientada para a garantia da dignidade, da autonomia e do bem-estar das mulheres, crianças e famílias.

Por fim, conclui-se que o enfrentamento dos desafios do cuidado materno-infantil exige a consolidação de políticas públicas comprometidas com a interdisciplinaridade, a equidade de gênero e a justiça social. Avançar nessa direção implica reconhecer que a saúde materno-infantil não se constrói apenas nos serviços de saúde, mas nas relações sociais, nas condições de vida e nas estruturas que sustentam ou limitam o exercício pleno dos direitos. Assim, fortalecer práticas assistenciais sensíveis, integradas e interdisciplinares constitui um caminho essencial para a promoção de um cuidado verdadeiramente integral e transformador.

REFERÊNCIAS

SANTOS, E. G. L.; PASSOS, L. G. S.; CASIMIRO, K. V.; MEDEIROS, R. L. S. F. M.; SOUZA, A. C.; OLIVEIRA, G. S. Práticas assistenciais no pré-natal para promoção da saúde materno-infantil e a prevenção de agravos. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 10, p. 1458–1462, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i10.21407.

SILVA, A. F.; MESQUITA, J. G. S.; RIBEIRO, K. S. C.; MONTE, N. N. S. do; SANTOS, M. M. B.;

SOARES, A. H. S. et al. O papel da equipe multiprofissional na redução da mortalidade materno-infantil: estratégias e desafios. *Revista Caderno Pedagógico*, v. 21, n. 10, p. 1–17, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n10-001.

SCHILLER, M.; SOARES, A. P.; ABRAHÃO, A. R. Cuidado materno-infantil no Brasil: desafios para a integralidade e equidade. *Revista Foco*, v. 16, n. 94, p. 96–112, 2023.

LOPES, L. A.; SILVA, A. C.; FERREIRA, F. J. Políticas públicas e práticas de saúde materno-infantil: uma revisão crítica. *Revista Ciências Humanas e Saúde*, v. 13, n. 2, p. 41–79, 2023.

SANTANA, M. C. S.; OLIVEIRA, J. D.; SILVA, R. S.; PAIXÃO, G. P. N. O trabalho da equipe de saúde da família e a linha de cuidado materno-infantil no fortalecimento da amamentação. *Revista Contemporânea*, v. 5, n. 5, p. 1–20, 2025. DOI: 10.56083/RCV5N5-041.

PAREDES, C. R.; NÚÑEZ, M. A. F.; CARRASCO, J. S. L. Derechos sexuales y reproductivos en mujeres vulnerables: desafíos intersectoriales. *Derecho*, v. 31, n. 3, p. 215–232, 2025.

SILVA, F. L.; ALMEIDA, F. S.; GOMES, N. A. Interdisciplinaridade na construção de políticas públicas em saúde materna: perspectivas da integralidade. *Saúde em Debate*, v. 49, n. 136, p. 79–95, 2025.